



Biodiversidade e Repartição de Benefícios

Autor: Patrícia de Amorim Rêgo

Ano: 2010

Sinopse:

A profunda alteração no significado da biodiversidade operada pela emergência das novas biotecnologias no mercado e pela expansão de um regime global de direitos de propriedade intelectual, através do Acordo TRIPS intensificaram o movimento de apropriação e degradação, no Hemisfério Sul, dos recursos genéticos e dos conhecimentos das comunidades indígenas e tradicionais, por países e empresas transnacionais do Norte, sem qualquer controle ou contraprestação. Buscando

uma compensação por este tipo de apropriação injusta, a Convenção da Diversidade Biológica (CDB) dispôs sobre a necessidade de se estabelecer um sistema de repartição de benefícios e de controle no acesso a tais recursos, como forma de garantir a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e resguardar os direitos das comunidades locais. A presente obra busca, a partir do pensamento complexo, discutir a viabilidade de um Regime Internacional de Repartição de Benefícios, analisando, dentre outros, aspectos da CDB, do TRIPS, da revolução biotecnológica e da crise ambiental.



Meio Ambiente – Certificações Ambientais e Comércio Internacional

Autor: Patrícia Nunes Lima Bianchi

Ano: 2008

Sinopse:

O tema “certificações ambientais” tem obtido crescente destaque no comércio externo, em face da grande polêmica de qual seja o seu verdadeiro objetivo: barreira comercial não-tarifária, ou defesa do meio ambiente e proteção contra o dumping ecológico. O controle ambiental pode ser exercido pelo Estado, mediante legislação interna; ou pela iniciativa

privada, seguindo a matriz neoliberal de que o mercado regula-se por si só, ficando as questões ambientais cada vez mais submetidas às regras comerciais.

A certificação concedida pela ISO confere condições aos países desenvolvidos para o estabelecimento e conservação de suas hegemonias no comércio externo. Já os países em desenvolvimento, carentes de recursos tecnológicos, e geralmente sem tradição de investimentos em pesquisas, enfrentam “barreiras ecológicas” presentes no comércio internacional, por não se enquadrarem nos padrões estabelecidos por representantes daqueles países, que assumem a preeminência no processo de elaboração dos padrões ambientais.

Em última análise, a padronização internacional de normas ambientais, representada pelas certificações conferidas pela ISO, tem como finalidade a facilitação do intercâmbio comercial entre os Estados, o que é incompatível com a sustentabilidade ecológica, que, por sua vez, requer um redirecionamento das economias nacionais para o âmbito local ou regional, com vistas à satisfação das necessidades locais, processo inverso ao da globalização econômica.



Subdesenvolvimento Sustentável – Segurança Alimentar – Segurança Ambiental – Agronegócio – Segurança Energética – Segurança Humana – Política Internacional

Autor: Argemiro Procópio

Ano: 2009

Sinopse:

Livro recomendável aos interessados em ampliar seu olhar sobre a Segurança Hemisférica testada nos processos de integração paralela, foi escrito para todo aquele que queira saber o que acontecerá em sua casa se a do vizinho pegar fogo! Os benefícios essenciais para a vida trazidos pelas

Seguranças Ambiental, Hídrica, Energética, Alimentar e Humana merecem ser conhecidos. Recomendando urgência nos cuidados a favor das políticas de segurança, essa crítica leva o leitor aos porquês dos perigos do convívio da democracia periférica com a sustentabilidade do subdesenvolvimento. Desnudando as causas do apartheid social, a análise chega ao latifúndio que prioriza o agrocombustível. O texto também destrinça a produção do bioetanol na Amazônia, do narcotráfico, da monocultura sojeira nos cerrados, nas florestas carbonizadas, assim como seus impactos nas comunidades indígenas e ripárias. Descreve a situação dos garimpeiros, dos colonos e fala da condição dos envolvidos no contrabando madeireiro e coureiro.

Incentivando vãos exploratórios em novos temas das relações internacionais, essa análise em perspectiva comparada desvenda caminhos percorridos por sociedades na periferia da periferia. Utilizando dos recursos da interdisciplinaridade, apresenta pela primeira vez na América Latina, por ângulos das ciências ambientais, da sociologia rural, da política regional e da economia internacional a cooperação informal entre os oito países amazônicos mais a Guiana Francesa. Destacando o valor do trabalho conjunto nas relações internacionais, o livro repensa a amazoneidade em um mundo capaz de se sobrepor à destruição para ser por todos e não só para os donos do poder.



Democracia Urbana – É possível coadunar desenvolvimento sustentável e práticas democráticas nos espaços urbanos no Brasil?

Autor: Daniella Maria dos Santos Dias

Ano: 2010

Sinopse:

“A presente obra de Daniella Dias põe em evidência que, em toda parte, Estado nacional de Direito é obrigado a responder adequadamente aos desafios postos pela exclusão social e pela degradação do meio ambiente, problemas agravados pelo fenômeno da Globalização, o que envolve também a adaptação das instituições tradicionais de democracia liberal. O lugar ideal para o florescimento de novos modelos e

instrumentos de participação política do cidadão é o espaço urbano, onde colidem interesses socioeconômicos, culturais e ambientais com toda força.

... Daniella Dias, Promotora de Justiça e professora universitária de cursos de Mestrado e Doutorado em Direito, brinda o público com um livro informativo e bem organizado, que apresenta, na base de uma profunda pesquisa bibliográfica, as

doutrinas nacionais e estrangeiras mais avançadas sobre as bases e as formas de exercício da democracia deliberativa e da cidadania ativa nos espaços urbanos, que devem ser entendidas como importantes meios de complementação das formas tradicionais de participação política.

... O trabalho é o produto de uma investigação verdadeiramente transdisciplinar, que obriga o leitor com formação jurídica de abrir a mente e reconhecer que muitos problemas do seu ramo de ciência somente podem ser entendidos e tratados adequadamente através da pesquisa em outras áreas do saber, como a Ciência Política e a Sociologia.

Chegando ao fim do livro, torna-se evidente que a teoria do desenvolvimento sustentável não representa um mero “modismo” ou uma miragem, mas um sólido fundamento doutrinário para enfrentar os múltiplos desafios da convivência democrática no século XXI”.



Direito Internacional do Desenvolvimento Sustentável – e os Códigos de Conduta de Responsabilidade Social – Análise do Setor do Gás e Petróleo

Autor: Ligia Maura Costa

Ano: 2009

Sinopse:

A autora traz, nesse livro, os alicerces para afirmar a emergência de um novo ramo do direito que visa o crescimento durável para as gerações presentes e futuras, o direito internacional do desenvolvimento sustentável. Pode-se ver, atualmente, que as regras jurídicas e os padrões econômicos estão se adaptando para alcançar a justiça social, a proteção ambiental, enfim, a melhoria da qualidade de vida da humanidade. De fato, é cada vez maior o número de tratados e convenções internacionais, relacionados aos aspectos econômicos, sociais, humanos e ambientais celebrados pela comunidade internacional. Para comprovar a emergência do direito internacional do desenvolvimento sustentável, Ligia Maura Costa faz uso dos códigos de CRS das empresas de gás e petróleo, como instrumento propagador de institucionalização global. Nos dias de hoje, o crescimento econômico mundial depende, em grande parte, de nosso êxito em estabelecer padrões mínimos de conduta visando atingir o desenvolvimento sustentável. Como a capacidade competitiva internacional demonstra-se não apenas com a produção, mas também com a capacidade de produzir de modo sustentável, a importância desse livro para a formação de jovens empresários e juristas também é fácil de ser demonstrada. Por essas razões, concluo que esse livro que apresento é indispensável para os interessados em estabelecer condições sustentáveis de desenvolvimento futuro”.



Educação Ambiental como Instrumento para o Desenvolvimento Sustentável

Autor: Alessandra Galli

Ano: 2008

Sinopse:

A interdisciplinaridade do Direito Ambiental justifica a abordagem de questões como educação e ética ambientais. O delineamento cronológico dos mais significativos instrumentos normativos brasileiros e internacionais atinentes à educação ambiental, bem como os exemplos do Direito Estrangeiro e de casos emblemáticos da jurisprudência pátria, têm o intuito de

sistematizar informações que sirvam para aprimorar as experiências relacionadas com as questões ambientais, no intuito de colaborar para a formação da consciência ambiental crítica daqueles que buscam, por intermédio da educação ambiental, a participação efetiva no processo de construção do desenvolvimento sustentável do país.



Município e Questão Socioambiental – Bases Jurídicas para uma Gestão Local Sustentável

Autor: Cezar Augusto Oliveira Franco

Ano: 2009

Sinopse:

Este estudo busca resgatar o contexto histórico da implantação do Município no Brasil. Acompanha o desenvolvimento e o tratamento normativo que lhe foi conferido pelas Constituições brasileiras sem deixar de apontar questões políticas intervenientes nessa história. Em seguida, aborda a forma federativa singular adotada pelo constituinte de 1986, que veio

inserir o Município como ente federado, conferindo-lhe posição simétrica dentre os demais entes, com autonomia e competências delineadas por um complexo sistema federativo, baseado no princípio da subsidiariedade.

Tal condição legitimou a municipalidade, *locus* da mediação entre o interesse particular e o interesse coletivo, a agir e legislar a fim de defender e promover a preservação do equilíbrio ambiental, que a Constituição da República Federativa do Brasil inseriu como direito fundamental para a garantia da dignidade dos brasileiros. No Município, o equilíbrio tutelado, como direito difuso e superior ao individual, será objeto de proteção e promoção, coordenada e cooperada entre os vários órgãos da Administração Pública e também pela coletividade, dentro dos instrumentos e institutos que constituem o sistema jurídico de tutela socioambiental do Estado brasileiro.

Nesse sentido demonstra-se caber ao Município a adoção do aparato à sua disposição e o posicionamento como agente orientador e articulador da preservação do patrimônio socioambiental sob sua responsabilidade, através de uma gestão comprometida com tais valores, estimuladora da participação dos cidadãos e conscientizadora de seu papel de sujeito no processo, para atingir a sustentabilidade preconizada na Carta vigente.



Socioambientalismo Amazônico

Autor: Edson Damas da Silveira

Ano: 2008

Sinopse:

Este livro traz por compilação algumas reflexões do autor acerca da realidade amazônica, idéias que se formaram ao longo de quinze anos de moradia e de trabalho na região, não apenas vivenciando os seus problemas, mas participando ativamente das soluções em razão do mister profissional junto ao Estado de Roraima. Além de questões recorrentes como ética ambiental, multiculturalismo e desenvolvimento sustentável, destacam-se na obra críticas alinhadas sobre o texto do Tratado de Cooperação

Amazônica, bem como um relato completo do “Caso Basílio”, leading case que se ergueu na justiça federal roraimense e se firmou como valioso precedente na história de luta, respeito e reconhecimento do direito praticado pelos povos indígenas.



Crédito de Carbono – Protocolo de Kyoto e Projetos de MDL

Autor: Danielle Limiro

Ano: 2008

Sinopse:

A obra de Danielle Limiro chega em boa hora. O desafio de inverter a curva do aquecimento global está entre os mais dramáticos do novo milênio.

Para ficarmos em um patamar mínimo de segurança, o aumento da temperatura na terra não poderá ser superior à faixa de 2ª C em 2050. A meta exige que a concentração dos gases do efeito estufa não ultrapasse 550 ppm (partes por

milhão) na atmosfera até a metade do século. Em 2002, a atmosfera já recebia emissões anuais na ordem de 7,8 GTC (giga toneladas de carbono). Não poderemos ir além de 9 GTC anuais, de acordo com o IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas.

Ao dirimir dúvidas a respeito do tema, o livro ‘Créditos de Carbono: Protocolo de Kyoto e Projetos de MDL’ presta uma contribuição extremamente positiva para que o mercado de carbono ganhe a agilidade necessária e seja, de fato, um agente indutor do processo de descarbonização.

(Fernando Almeida - Presidente-Executivo do Conselho Empresarial Brasileiro para Desenvolvimento Sustentável – CEBDS).

“O aquecimento global e as mudanças climáticas se tornaram uma das principais questões da sustentabilidade.

Ao redor do globo, os poderes públicos estão planejando e implementando medidas para a redução de gases de efeito estufa através de Políticas Nacionais que incluem a introdução do comércio de emissões, programas voluntários, taxas de energia ou carbono e regulamentações e normas de eficiência energética e de emissões.

Apesar de estas restrições ainda não serem compulsórias no Brasil, as organizações devem ser capazes de entender e gerenciar os seus riscos de emissão de gases de efeito estufa se desejarem assegurar a perenidade de suas operações em um ambiente de negócios cada vez mais competitivo e restritivo e estar preparadas para futuras políticas regionais ou nacionais sobre mudanças climáticas.

Neste sentido, a obra de Danielle Limiro, “Créditos de Carbono”, vem contribuir, através de sua linguagem concisa e objetiva, na disseminação do conhecimento essencial sobre este tema, que, além de fundamental para o futuro de nosso planeta, é também crucial para aqueles que desejam entender o ambiente de negócios que se descortina para o século XXI”.

(Ricardo Algis Zibas - Gerente da área de soluções em sustentabilidade, PricewaterhouseCoopers).



Biopirataria na Amazônia – Uma proposta Jurídica de Proteção Transnacional da Biodiversidade e dos Conhecimentos

Autor: Danilo Lovisaro do Nascimento

Ano: 2010

Sinopse:

A presente obra discute a biopirataria na região da bacia amazônica e os instrumentos que podem reforçar a proteção jurídica da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados. Faz-se a análise das conseqüências negativas da biopirataria para os países em desenvolvimento e, especificamente, para os países da região amazônica, dando-

se especial ênfase à ameaça que esta prática representa para a execução de uma estratégia regional voltada para o aproveitamento sustentável da biodiversidade, como alternativa para o desenvolvimento. Sustenta-se a necessidade de criminalização da biopirataria no plano interno como uma etapa essencial ao fortalecimento de um marco jurídico protetor da biodiversidade nos âmbitos nacional e regional. Por fim, é apresentada uma proposta complementar para combater a biopirataria e assegurar uma proteção mais eficaz à biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais associados, mediante a realização de uma cooperação internacional para o desenvolvimento.



Direito e Natureza – (Re) Construindo Vínculos a partir de uma Ecocidadania

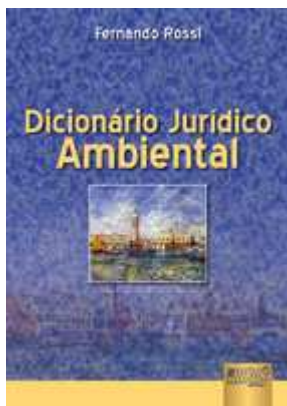
Autor: Liz Beatriz Sass

Ano: 2008

Sinopse:

A presente obra tem como objetivo estabelecer uma reflexão crítica sobre a função do Direito Ambiental na sociedade contemporânea. Nesse intuito, a autora busca, por meio dos filósofos da escola jônica e do pensamento da Modernidade, evidenciar o modo de relacionar-se com a natureza adotado, num primeiro momento, pelos gregos, e, num segundo momento, pelos modernos. Baseada neste substrato, a autora relata como essa mudança no pensamento filosófico ocidental

se reflete no pensamento jurídico dogmático, concluindo que a problemática ambiental no Direito persiste vinculada a um imaginário equivocado quanto à idéia de natureza, o que resulta, em parte, na ineficácia do discurso jurídico ambiental e no fortalecimento de falácias no Direito Ambiental. Por isso, a autora apresenta sua ecocidadania enquanto forma de contribuição para o resgate do vínculo homem-natureza no Direito.



Dicionário Jurídico Ambiental

Autor: Fernando Rossi

Ano: 2007

Sinopse:

O presente Dicionário Jurídico Ambiental foi idealizado com o intuito de proporcionar uma melhor percepção e facilitar os estudos voltados ao direito ambiental e outras disciplinas relacionadas. Prima pela coletânea dos significados técnicos e legais, dispostos diante da volumosa legislação sobre o meio ambiente, auxiliando estudantes, técnicos ambientais, peritos, advogados, delegados, promotores, juízes e profissionais das diversas disciplinas correlatas. As inclusas definições e expressões irão minimizar tempo daqueles que detêm intimidade com a matéria, contribuindo na evolução dos que iniciam nesta ciência. A presente coletânea possui grande importância em face de sua simplicidade, aliada ao seu objetivo óbvio, qual seja, facilitar ao máximo o aprimoramento da educação ambiental.



Direito Ambiental e Sustentabilidade

Autor: Rafael Lazzarotto Simioni

Ano: 2006

Sinopse:

O livro oferece uma abordagem sofisticada dos problemas de efetividade do Direito Ambiental na sociedade contemporânea. O autor argumenta, com base na Teoria dos Sistemas Autopoiéticos, que somente pela assimilação dos códigos operacionais de cada sistema da sociedade é que nossa compreensão das possibilidades regulatórias do Direito pode ser mais completa. Para esse fim, o autor analisa as relações entre Direito, Economia e Ecologia, descrevendo as possibilidades de produção de interferências entre sistemas sociais, para depois experimentar essas experiências teóricas na gestão da complexidade ambiental em decisões jurídicas. Direito Ambiental e Sustentabilidade abre um campo de possibilidades para decisões jurídicas mais sensíveis à complexidade das exigências sociais contemporâneas.